



# Anais da Assembléia

Nº 47

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 27 DE ABRIL DE 1994

ANO XX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - PTB

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASÍLIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PSDB

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo ..... Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR  
PFL ..... Deputado NELSON GARCIA  
PDT ..... Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA  
PTB ..... Deputado ERONDY SILVÉRIO  
PSDB ..... Deputado HEINZ GEORG HERWIG  
PT ..... Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO  
PL ..... Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO  
PP ..... Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB — 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; PP — 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duílio Genari; PFL — 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; PDT — 07: Algaci Ormário Túlio - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guionar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; PSDB — 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; PTB — 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; PT — 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; PL — 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 4.<sup>o</sup> SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 1994

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk e Cezar Silvestri.

Às dezesseis horas e trinta minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Ruch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Tavares, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Nilton Servo, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colago, e Rossini (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, José Arthur Ritti e Nelson Justus (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

OFÍCIO N.<sup>o</sup> 424/94

Curitiba, 27 de abril de 1994.

Senhor Presidente.

Servimo-nos do presente para solicitar a especial atenção de Vossa Excelência no sentido de determinar a imediata devolução dos documentos apreendidos (75 folhas) por esta Presidência, no setor de Xerox, hoje, às 15:40 horas, por requerimento do Senhor Deputado Durval Amaral.

Estes documentos são cópias de ofícios e recortes de jornais, todos de conhecimento público, e estavam sendo recopiados, dentro da nossa cota mensal de fotocópias fornecido pela Casa.

Diante do exposto, e na certeza de que a nossa liberdade como Parlamentar nesta Casa, será assegurada por esta Presidência, reiteramos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 27.04.94.

(a) JOÃO PREIS

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.<sup>o</sup> 979

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, a imediata inclusão na Ordem do Dia dos seguintes Projetos de Resolução:

70/91 - Institui o Prêmio Estado do Paraná de Jornalismo, a ser concedido anualmente pela Assembleia Legislativa do Paraná, apresentado em 07.11.91.

25/91 - Denomina como "Biblioteca Prof.<sup>a</sup> Maria Nicholas" a biblioteca deste Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 27.04.94.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Os dois projetos em epígrafe encontram-se, desde a data da apresentação, na Comissão Executiva desta Casa, para análise. No dia 06 de abril passado, foi aprovado Regime de Urgência para ambos, razão por que, esgotado o prazo regimental, requeremos a imediata inclusão na Ordem do Dia dos trabalhos deste Poder.

REQUERIMENTO N.<sup>o</sup> 1005

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4.<sup>o</sup> do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2.<sup>a</sup> discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 27.04.94.

(a) CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO N.<sup>o</sup> 980

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, a restauração do Projeto de Resolução n.<sup>o</sup> 34/91, de sua autoria, que prevê a descentralização das atividades da Assembleia Legislativa e dá outras providências, bem como sua ime-

diata inclusão na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 27.04.94.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Apresentação ao Plenário em 05 de junho de 1991, o Projeto de Resolução nº 34/91 foi encaminhado, em 06 de junho daquele mesmo ano à Comissão Executiva, "para análise".

Lamentavelmente, o projeto não retomou seu trâmite nesta Casa. Em 06 de abril passado, foi aprovado Regime de Urgência para o projeto, quando tivemos conhecimento de que ele fora "perdido".

Considerando da maior importância que a proposição seja analisada e votada pelo Poder Legislativo faz-se necessária a restauração do projeto e sua imediata inclusão na Ordem do Dia.

REQUERIMENTO Nº 994

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos deste Poder e formulado à família enlutada um voto de profundo pesar pelo falecimento do professor João Marcassa, ocorrido nesta Capital.

Sala das Sessões, em 27.04.94.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Ao longo dos seus 76 anos de vida João Marcassa angariou só amizades e admiração. Era um homem bondoso, fraterno, empreendedor, exemplar pai de família e cidadão preocupado, cioso de suas responsabilidades.

Foi professor - profissão que lhe caía perfeitamente bem - por ser um homem equilibrado, com excelente formação e crente no ideal da educação com condição precípua para transformação da sociedade.

Amava Curitiba como poucos e isto ficou materializado no livro "Curitiba, essa velha desconhecida", que registrou fatos da vida curitibana.

Seu passamento é verdadeiramente entristecedor para os que o conheciam, admiravam seu modo singular de ser e tinham-no como um conselheiro, um amigo, um exemplo.

Ao seu descansar, receba a família enlutada os sinceros votos de pesar do Poder Legislativo que, por meio do presente, registra nos seus Anais e na sua história, a figura querida e respeitada de João Marcassa.

REQUERIMENTO Nº 1004

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Antonio Pereira de

Castro, ocorrido hoje, 27 de abril de 1994.

Requer, ainda, que da decisão da Casa, se dê ciência ao Senhor Celso Aparecido de Castro, residente à Rua Francisco Azevedo Macedo, 180, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 27.04.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 981

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, Voto de Congratulações e Aplausos a Dona Clotilde de Quadros Cravo, presidente do Movimento Cívico Renovador, bem como a todos os seus integrantes pela feliz iniciativa de despertar o civismo e o sentimento de amor à Pátria e o culto aos seus símbolos, especialmente entre a juventude.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a Dona Clotilde de Quadros Cravo, bem como ao Excelentíssimo Senhor Professor João Olivir Gabardo, Secretário de Estado da Educação, solicitando determinar urgentes providências para o cumprimento da Lei nº 9275 de 28 de maio de 1990.

Sala das Sessões, em 27.04.94.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Movimento Cívico Renovador, fundado no dia 28 de outubro do ano passado, e que tem na presidência a Senhora Clotilde de Quadros Cravo, surgiu em boa hora, pois sentimos a necessidade de despertar o sentimento de amor à Pátria e o culto aos seus símbolos, especialmente entre a juventude.

Segunda-feira, dia 25 próximo passado, o Movimento lançou a Cruzada Cívica de Amor pelo Brasil, demonstrando que vem disposto realmente a revigorar o civismo entre os brasileiros, inclusive desenvolvendo campanha junto aos estabelecimentos de ensino, para que os nossos estudantes voltem a ter como prática diária a reverência à bandeira e o canto dos hinos pátrios.

Neste particular, desejamos recordar que em fevereiro de 1990 a Assembléia Legislativa aprovou Projeto de Lei nº 21/90, de nossa autoria tornando obrigatória a execução e cânticos dos Hinos Nacional e do Paraná nos estabelecimentos de ensino e no início de todas as festividades cívicas ou esportivas. Sancionada pelo então Governador Álvaro Dias, a Lei nº 9275, de 28.05.90, infelizmente, vem carecendo de cumprimento efetivo. Agora temos a esperança que através do Movimento Cívico Renovador esse preceito legal passará a ser devidamente observado.

Ressaltamos pelo exposto, a necessidade de que esta Casa e todos os paranaenses venham a apoiar a cruzada cívica ora lançada.

REQUERIMENTO N° 996

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido votos de congratulações ao Conselho Empresarial da Mulher Executiva e a Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa, pela realização da 8.<sup>a</sup> Feira de Ponta de Estoque & Lançamentos, que será realizada no Centro de Eventos Cidade de Ponta Grossa.

A feira tem vários objetivos entre os quais, está o fato de agradar os presentes com preços inferiores ao das lojas e ao mesmo tempo oferecer boa qualidade dos produtos expostos na feira.

Requer, ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência em nome do Conselho da Mulher Executiva e a Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa, à Rua Comendador Miró, 860, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1002

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, voto de congratulações pela passagem, nesta data, do DIA DA EMPREGADA DOMÉSTICA.

Que do teor do presente dê-se ciência à entidade representativa da classe.

Sala das Sessões, em 27.04.94.

(aa) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A figura da empregada doméstica faz parte da vida da nossa tradicional sociedade. Mas foi, certamente, a partir do advento da maior participação da mulher na sociedade, integrando os diversos setores do mercado de trabalho, que as empregadas domésticas assumiram papel de maior importância ainda.

Com a maior parte dos homens e mulheres saindo de casa para trabalhar, às empregadas foi confiada a exaustiva e complexa tarefa de zelar pela ordem dos lares.

Lamentavelmente a essa responsabilidade não correspondeu à satisfação dos direitos inerentes a essas profissionais. Assim, foram negados direitos e garantias trabalhistas a esse segmento e ainda hoje - depois de muita luta através dos seus órgãos representativos - as empregadas domésticas continuam sendo escandalosamente exploradas e discriminadas por grande parte dos patrões.

Curitiba, quarta, em 27.04.94

Ao transcorrer da data que lhes foi consagrada, pretendemos com o presente registrar nos anais a nossa homenagem a essas profissionais, bem como com a nossa solidariedade na luta pelo efetivo reconhecimento e cumprimento dos seus direitos.

REQUERIMENTO N° 1003

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, voto de congratulações pelo transcorrer, nesta data do DIA MUNDIAL DO TEATRO.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversão do Estado do Paraná, à Federação de Teatro Amador, à Associação dos Produtores de Artes Cênicas e à Associação dos Produtores Teatrais do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.04.94.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O teatro, como manifestação cultural, remonta à antiguidade clássica, e a sua popularização constitui-se também num meio de educação e de conscientização dos povos nos diversos aspectos da vida em sociedade.

Das primeiras encenações ao teatro contemporâneo, variando a linguagem, o teatro é o mesmo: um instrumento para se falar diretamente ao povo, encantando, denunciando, criando, fazendo pensar, transformando, questionando, inovando.

O teatro é uma manifestação poderosa e essa qualidade de "fazer pensar" muitas vezes incomoda àqueles que têm nesse processo uma ameaça à manutenção dos "status quo".

Assim o teatro foi perseguido - como outras formas de manifestação artística - nos períodos autoritários em todo o mundo. No Brasil assim também o foi. E o teatro sobreviveu graças à persistência daqueles que o fazem e daqueles que o apreciam.

Também a depressão econômica e social o afeta, porém não o abala.

Diante da grave crise econômica brasileira, onde há dinheiro para muita coisa, como propaganda oficial, não há recursos para o teatro e assim ele sobrevive ainda graças à compreensão de um grupo que o incentiva e busca alternativas para continuar oferecendo-o à sociedade.

É a esses bravos lutadores que queremos homenagear, nesta data, sem nominá-los, porque seria impossível dizer um a um os atores, os diretores, os técnicos, os autores, os produtores e outros profissionais que se empenham para manter o teatro vivo no Brasil e, especialmente, no Estado do Paraná.

## REQUERIMENTO N° 982

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de resolver o problema da falta de professores de Ciências no Colégio Estadual Teotônio Vilela. Ocorre que as aulas iniciaram em 21 de fevereiro do corrente e os alunos e pais estão preocupados por não haver professor da matéria citada.

O pedido está sendo feito pelos pais de alunos, os quais pedem providências urgentes uma vez que seus filhos estão sendo prejudicados com a falta de professores.

Sala das Sessões, em 27.04.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO N° 983

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul, no sentido de abrir valetas e executar manilhamento no jardim Paraíso, tendo em vista que o esgoto corre a céu aberto em todas as ruas do bairro. Além do mau-cheiro insuportável, toda a população está propensa a contração de doenças.

O pedido está sendo feito pelos moradores do bairro uma vez que a situação encontra-se crítica.

Sala das Sessões, em 27.04.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO N° 986

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de providenciar professor de Biologia para o 2° Grau do Colégio Estadual Leônicio Correa - Bacacheri.

O pedido está sendo feito pelos pais de alunos, tendo em vista que desde o início do ano letivo não houve aula da citada matéria. Pedem providências urgentes procurando-se evitar que seus filhos sejam ainda mais prejudicados como já estão sendo durante esses três meses.

Sala das Sessões, em 27.04.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO N° 987

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscre-

vem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM envio de expediente ao Senhor Celso Fernandes, MD. Delegado da Receita Federal de Santos, solicitando com urgência a liberação de 200 kg de farinha especial, com baixo teor de proteínas, produto básico, sem similar nacional e essencial para fazer alimentos para crianças portadoras de fenilcetonúria e homocistinúria, que está preso no Porto de Santos por falta de um documento, guia de importação e seu competente registro na CACEX.

Sala das Sessões, em 27.04.94.

(aa) ERNANI PUDELL

OVÍDIO CONSTANTINO

DOUTOR ROSINHA

## JUSTIFICATIVA:

Em dezembro de 1992, a Associação do Deficiente Motor efetuou uma compra de 200 kg de farinha especial, com baixo teor em proteínas da Fábrica HAMMERHULLER, produto este que não se encontra no Brasil, é utilizado pelos portadores de fenilcetonúria e homocistinúria.

Pela falta de experiência da Associação em efetuar a importação deixou de emitir a guia de importação e seu competente registro na CACEX.

Por esse motivo o produto está preso desde 16 de fevereiro em 1993, data que chegou no Porto de Santos, seu prazo de validade vence em junho de 1994.

É lamentável que a burocracia impeça que o produto chegue às crianças portadoras dessa doença, por isso solicitamos das autoridades e governantes que intercedam junto a Delegacia da Receita Federal de Santos e a outros órgãos competentes, para que seja efetuada a liberação do produto o mais breve possível.

## REQUERIMENTO N° 990

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente a Ilustríssima Senhora Marlene C. Pereira, Presidente do PROVOPAR, Programa do Voluntariado Paranaense, solicitando a liberação de recursos financeiros ao PROVOPAR Municipal de Rebouças.

A presente solicitação visa o repasse de recursos financeiros através do PROVOPAR, às diversas entidades filantrópicas do município, que prestam atendimento aos necessitados, atendimento este, que abrange a todas as faixas etárias como, crianças e adolescentes, gestantes e idosos.

Sala das Sessões, em 27.04.94.

(a) TOTI COLAÇO

## REQUERIMENTO N° 991

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário seja encaminhado expediente ao Ilmo. Senhor Elerian Zanetti, Diretor Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros para execução do Programa de Segurança Escolar, no Colégio Santo Antonio do município de Imbituva.

Estes recursos serão destinados na reforma, em caráter de urgência, da residência existente junto ao Estabelecimento de Ensino, visando assim, pôr em prática o Programa de Segurança Escolar, permitindo um trabalho constante de vigia e atendimento ao prédio escolar, através de um policial habilitado.

Sala das Sessões, em 27.04.94.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 992

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário seja encaminhado expediente ao Exmo. Senhor Luiz Ernesto Meyer Pereira, Secretário de Estado do Esporte e Turismo, solicitando a iluminação da quadra de esportes da localidade Assungüi no Município de Teixeira Soares.

A presente solicitação tem como objetivo, oferecer maior opção quanto à realização de eventos esportivos nesta localidade, que poderão ser efetuadas à noite, sem se restringirem apenas ao período diurno.

Sala das Sessões, em 27.04.94.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 993

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilmo. Senhor Luiz Alberto Pinto de Carvalho, Diretor Geral do D.E.R., solicitando a conservação e cascalhamento das estradas rurais do Município de Rebouças.

A presente solicitação visa melhorar as condições de tráfego das estradas rurais do referido município, tornar viável o acesso as localidades mais distantes. É péssimo o atual estado das estradas rurais, o que causa dificuldades no escoamento da safra agrícola.

Sala das Sessões, em 27.04.94.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 997

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Presidente do IBC, para que o mesmo libere os armazéns do Instituto para apoiar as pequenas empresas de Ponta Grossa.

Os armazéns do IBC, podem servir como verdadeiras incubadoras ou condomínios industriais. Nestes estabelecimentos seriam desenvolvidos trabalhos de apoio para as pequenas indústrias, que hoje lutam para sobreviver.

Os municípios não podem esperar que uma grande indústria instale-se de repente no município, mas deve sim incentivar as pequenas indústrias, para que surjam novos empregos, bem como a parte comercial comece a ser reativada.

Sala das Sessões, em 27.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 998

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário do Desenvolvimento Urbano, Senhor Reinaldo José Rodrigues dos Santos, solicitando que seja feita uma parceria entrè a Secretaria e a Prefeitura para a construção de salas de aula com a verba do PEDU.

O valor da verba do PEDU, será suficiente para aumentar em 25% o atendimento escolar em Ponta Grossa.

Esse aumento torna-se realidade em vista que grande parte desses recursos serão destinados a ampliação e construção de novas salas de aula. A verba do PEDU, se empregada para este fim será suficiente para a edificação de 7140 metros quadrados.

Há necessidade urgente do aumento de vagas na rede municipal de Ponta Grossa, para desafogar algumas escolas, e dar passos efetivos para a municipalização do ensino.

Sala das Sessões, em 27.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 1000

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário envio de expediente ao Secretário do Trabalho e da Ação Social, Senhor Newton Sérgio Ribeiro Grein, solicitando a agilização da escola-oficina da ASSOMA em Ponta Grossa.

O ex-governador Roberto Requião, quando estava no exercício de sua função, foi a Ponta Grossa e anunciou que estaria assinando a ordem de serviço para o início da obra, só que até o presente momento a

ordem não foi assinada.

O Projeto da escola-oficina da ASSOMA, não está em Ponta Grossa. Nem a Prefeitura, nem o DER dispõem de cópias desse projeto.

A Secretaria deve investigar o motivo pelo qual a ordem ainda não foi assinada, e também o motivo pelo qual nem o município possui cópia do projeto.

Essa medida tem de ser concreta e urgente, baseado no fato de que ela irá beneficiar vários meninos e meninas de rua que na escola-oficina receberão os ensinamentos de uma profissão, para que mais tarde não tornem-se marginalizados.

Sala das Sessões, em 27.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 988

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Roberto Blasi, Secretário de Estado de Transportes, solicitando:

- 1 - Quando foi feita a licitação para o asfaltamento da BR-487 ("Estrada Boia-deira")?
- 2 - Qual o número do Diário Oficial do Estado com a respectiva página no qual foi publicado o Edital da Concorrência e o resultado da mesma.
- 3 - Qual foi a empresa vencedora?
  - 3.1 - É a mesma que foi contratada?
  - 3.2 - Se não, por quê?
- 4 - A empresa abandonou a obra?
  - 4.1 - Se sim, por quê?
- 5 - Foi feita perfícia na obra?
  - 5.1 - Se sim, solicita cópia.
- 6 - Se a obra foi abandonada, qual foi a ação legal que o Estado tomou?
- 7 - Qual foi o montante pago à empreiteira?
  - 7.1 - Quando foi pago?
  - 7.2 - Se foi feito mais do que um pagamento, solicita qual foi a data e o referido valor?
    - 7.2.1 - Solicita cópia do comprovante.

Sala das Sessões, em 27.04.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

#### JUSTIFICATIVA:

A razão deste pedido se deve ao fato de notícia divulgada pela Folha de Londrina (matéria anexa) no dia 16.04.94.

Cabe ao portador de mandato eletivo zelar pela legalidade e moralidade do patrimônio e do serviço público.

Tal matéria mostra, aparentemente, prejuízo do erário público, por isso solicitamos estes esclarecimentos.

#### REQUERIMENTO N° 984

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER que seja transcrito nos Anais da Assembleia Legislativa, o editorial "Decisão de estadista", da Folha de Londrina, publicado em 26/04/94.

Sala das Sessões, em 27.04.94.

(a) MÁRIO BEZERRA

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Requerimento n° 979, subscrito pelo Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a imediata inclusão na Ordem do Dia dos Projetos de Resolução n°s. 25/91 e 70/91, de sua autoria. À Diretoria Legislativa, para as providências.

Requerimento n° 980, subscrito pelo Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a restauração do Projeto de Resolução n° 34/91, de sua autoria, bem como sua imediata inclusão na Ordem do Dia. À Diretoria Legislativa, para as providências.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### ITEM 01

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 063/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 015/94, que cria 331 cargos de provimento efetivo no quadro de pessoal do Instituto de Saúde do Paraná - ISEP, entidade vinculada a Secretaria do Estado da Saúde. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL A EMENDA. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DE PLENÁRIO APROVADA EM 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO.

Iremos apreciar nesse turno apenas a emenda aprovada na sessão anterior.

Rejeitada a emenda.

O SR. DR. ROSINHA - Requeiro verificação de votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - Requeiro chamada nominal.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Luiz Carlos Zuk) - (Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados para verificação de votação).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência solicita o retorno dos Se-

nhores Deputados aos seus assentos para que possamos aprovar ou não a emenda já apreciada em segunda discussão.

Está em votação a emenda aprovada em segunda discussão ao Projeto de Lei nº 68/94 que estabelece que os cargos criados por esta lei destinam-se exclusivamente ao Hospital Geral Mauro Sena Goulart, Hospital do Portão.

Está em votação a emenda. Os Senhores Deputados que rejeitam a emenda queiram levantar-se. Ao Senhor 1º Secretário para a conferência.

28 (vinte e oito) Deputados rejeitam a emenda.

Os Senhores Deputados que aprovam queiram levantar-se.

02 (dois) Deputados aprovam. Está rejeitada a emenda.

O projeto aprovado não irá à terceira e nem à quarta Discussões.

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 057/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 013/94, integração do quadro de Oficiais da Polícia Militar Feminina ao quadro de Oficiais Militares e das praças Polícia Militar a qualificação Policial Militar. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em nº de 04 (quatro), de autoria de diversos Srs. Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

#### EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO PROJETO DE LEI Nº 057/94

"Suprima-se da proposição em epígrafe o Art. 6º."

Sala das Comissões, em 27.04.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

Apoio: Algaci Túlio, José Tavares (Voto Contrário à referida Emenda), Luiz Carlos Alborghetti, Elío Rusch.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 057/94

Os Arts. 5º e 6º do referido Projeto de Lei passam a ter a seguinte redação:

"Art. 5º - As Oficiais Femininas passam a compor o Quadro de Oficiais Policiais Militares (QOPM) e as praças femininas a qualificação policial militar geral 1 (QPMG1) e a particular (QPM P-0)".

"Art. 6º - O efetivo das Oficiais Femininas ficam fixados em, no máximo, 3% (três por cento) do efetivo do (QOPM), o que corresponde a 22 (vinte duas) vagas e o efetivo das praças femininas em, no máximo, 3,5% (três vírgula cinco por cento), do efetivo da (QPM 1-0)".

Sala das Sessões, em 27.04.94.

(a) RENATO ADUR

Apoio: Domingos Carvalho, Cleiton

Kielse, Durval Amaral, Toti Colaço, Alceu Swarowski, Arlindo Troian e João Iensen.

#### JUSTIFICATIVA:

Conforme Ofício de nº 187/94 do Comando Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná em 17 de março de 1994, que ratifica alguns erros administrativos cometidos nos artigos 5º e 6º da Mensagem Governamental nº 013/94, Projeto de Lei nº 057/94, com finalidade de definir os percentuais de Policiais Femininas nos níveis de Oficiais e Praças, estamos apresentando emenda modificativa que corrige estes erros.

#### EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Suprima-se da proposição em epígrafe o art. 6º.

Sala das Sessões, em 27.04.94.

(aa) DOUTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

OVÍDIO CONSTANTINO

Apoio: Ademar Traiano, Emilia Belinati.

#### JUSTIFICATIVA:

A iniciativa oficial, aliás elogiável, é apenas maculada pelo art. 6º do projeto de lei em análise. Ao limitar o efetivo feminino na corporação, o dispositivo acaba por incidir no mesmo preconceito e, conseqüente, discriminação que visou combater, conforme dispõe em mensagem, in verbis:

"Na área de Segurança Pública, hodiernamente uma das principais aspirações dos cidadãos, há o mesmo empenho do qual decorre esse anteprojeto de lei com vistas a derrubar barreiras do preconceito discriminatório contra a mulher, diversificar e ampliar a participação feminina na gama de serviços prestados pela Corporação e garantir maior oportunidade de acesso às profissionais que integram a Polícia Militar do Paraná (PMPR).

Se não bastasse a contradição, o artigo é flagrantemente inconstitucional, afrontando um dos princípios fundamentais da República, preconizado no inciso IV do art. 3º da Constituição federal, afora os arts. 5º, "caput" e inciso I, e 7, inciso XXX do mesmo diploma legal.

Para sanar a inconstitucionalidade do art. 6º, apresentamos a presente emenda.

#### EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03

Suprimir o art. 6º do Projeto de Lei nº 057/94.

Sala das Sessões, em 27.04.94.

(a) EMILIA BELINATI

Apoio: Namir Piacentini, Ovídio Constantino, Doutor Rosinha, Paulo Maia, Rossoni, Colombino Grassano, Cezar Silvestri e Ernani Pudell.

#### JUSTIFICATIVA:

O artigo 6º deve ser suprimido por im-



portar em grave inconstitucionalidade, a discriminação em razão do sexo. Este artigo determina que o efetivo das Polícias Femininas será de 3%, do efetivo do QOPM, e o efetivo das praças femininas será de 3,5%, do efetivo da QPM 1-0.

Fixar percentual para ingresso em carreira em razão do sexo fere frontalmente os artigos 5º e 7º, inciso XXX, da Constituição Federal.

O art. 7º, XXX, é taxativo com respeito aos trabalhadores: "Art. 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:...XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;" (grifo nosso).

Não podemos corroborar um erro tão gritante, incorrendo em inconstitucionalidade, temos que lutar para que discriminações não aconteçam e que o cumprimento de nossa Constituição seja princípio básico para nosso trabalho.

O Título II da Constituição Federal, dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, expressa a norma definidora dos direitos e deveres individuais e coletivos: "Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;" (grifo nosso).

Esta presidência transfere a discussão dessa matéria para o final da Sessão, já que está sendo elaborada uma emenda de Plenário.

#### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 094/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 022/94, que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Maringá uma área de terras localizada na sede daquela municipalidade, designada por data 7/8, zona Armazém, com área de 1.185,00m<sup>2</sup> (um mil cento e oitenta e cinco metros quadrados), com demais características que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 095/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 023/94, que objetiva alterar denominação de cargos para Assistente de Segurança Pública. SEM PARECERES. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 097/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 025/94, ficam criados na estrutura do Colégio Estadual do Paraná, 15 cargos de provimento, conforme específica. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva de Plenário, de nº 01, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pu-dell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, com apoioamento do Senhor Deputado Ademar Traiano e da Senhora Deputada Emilia Belinatti, nos seguintes termos:

#### EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 097/94

Substitua-se o art. 1º da proposição em epígrafe pela seguinte redação:

Art. 1º - Os cargos relacionados no anexo desta lei serão preenchidos pelos aprovados em concurso público.

Sala das Sessões, em 27.04.94.

(aa) ERNANI PUDELL, DOUTOR ROSINHA e  
OVÍDIO CONSTANTINO.

Apoioamento: Ademar Traiano e Emilia Belinatti.

#### JUSTIFICATIVA:

Os cargos a que se refere o anexo da proposição do Executivo são basicamente de natureza afetiva, logo, devem ser preenchidos através de concurso público, como manda a Constituição Federal. Se não bastasse esta razão, há outra de muito maior peso para viabilizá-la. Trata-se da moralidade pública, que fica fragilizada por ser final de governo e em ano eleitoral. De outro lado, esta a própria justificativa do Executivo, que diz consultar interesses da comunidade estudantil, interesses esses que em nenhum momento foram consultados. Portanto, o Plano de Lei em análise não atende a sua finalidade.

A proposta por esta emenda cumpre o objetivo do Executivo, mas de forma mais cautelosa, com escopo de preservar a transparência, moralidade pública, impessoalidade e publicidade, princípios que devem nortear a Administração, conforme dispõe as Constituições Federal (art. 37) e Estadual (art. 27).

Esta Sessão se transforma em Comissão-Geral e solicito ao Deputado José Tavares que proceda ao relato da emenda nº 01 de Plenário ao Projeto 97/94.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Designado pelo Líder do meu Partido para relatar a emenda ao Projeto de Lei nº 97/94, de autoria da Bancada do Partido dos Trabalhadores, nesta Casa, cumpre-se, inicialmente, dizer que a mensagem do Governo do Estado a esta Assembléia trata-se, especificamente, da criação de quinze

cargos de provimento em comissão na estrutura administrativa do Colégio Estadual do Paraná, Órgão da Secretaria de Educação.

Diz o Governador que esta matéria visa atender aos superiores interesses da administração, em especial da comunidade estudantil, por se tratar do maior colégio estadual do nosso Estado e elenca, relaciona, quantifica, nomina os cargos em comissão que, tradicionalmente, são preenchidos pelo critério da confiança, da competência e que são cargos de livre nomeação e exoneração do secretário de Estado da Educação.

Portanto, a emenda conflita com o espírito do projeto. O projeto fala em cargos em comissão; a emenda leva o preenchimento desses cargos ao critério do concurso público, que é o indicado, o recomendado, o consagrado nas constituições Federal e Estadual para provimentos dos cargos de carreira e não dos cargos em comissão.

Portanto, a orientação que nós damos à nossa Bancada e o apelo que fazemos a este Plenário, é no sentido de rejeição da emenda, porque ela conflita no seu inteiro teor, com o que o projeto, com base na Constituição do Estado, prevê que é a criação de cargos em comissão, de nomeação, exoneração livre do Poder Executivo, do respectivo Secretário de Estado da Educação. Portanto, a orientação que fazemos é que essa emenda seja rejeitada, porque ela conflita com o espírito básico da mensagem do senhor governador.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em discussão o parecer em Comissão geral do Deputado José Tavares, ao projeto 097/94.

O SR. ERNANI PUDELL (Para discutir o parecer) - Senhor Presidente. O argumento do ilustre colega seria válido se o próprio corpo da mensagem governamental e também da exposição de motivos, não refletisse que na verdade, o que se pretende criar com esses cargos no Colégio Estadual do Paraná, é uma estrutura de pessoal para dar apoio e sustentação a atividades burocráticas, atividades que são eminentemente de carreira e como sendo atividades de carreira, é fundamental que elas tenham assegurados o ingresso, através de carreira, que haja um processo seletivo e que haja continuidade necessária nesse tipo de procedimento que eleva a produtividade de trabalho. Aliás, esse é todo o espírito. É mais ou menos, como tentar transformar o delegado num cargo de confiança, agente policial. Nós teríamos uma situação, no meu entendimento, absurda. Por isso, nós fizemos uma análise do conteúdo e da intenção da criação desse cargo e entendemos que o lógico, o ideal, é que fossem cargos

de carreira, com concurso público, e que não se transformasse - e pode ocorrer isso - desses cargos se transformarem em cargos eleitorais em desculpas políticas, em jogos, politizando em cima desses cargos, a instituição de ensino que tem uma tradição, que tem um acervo de serviços prestados à educação do Paraná, que é invejável.

O que pretendemos com essa emenda é exatamente isso: assegurar que professores, funcionários de carreira possam fazer os concursos, que haja uma continuidade, porque as tarefas aqui não são tarefas de direção, são tarefas eminentemente burocráticas. É só ler o corpo da lei.

Vou ler, faço questão de ler aqui. Quero contraditar o parecer do ilustre Deputado. Aqui está: Diretor-Auxiliar - Assessor (da Direção) -

Secretário-Geral (Secretaria - atividade eminentemente burocrática, ou auxiliar do Secretário).

Chefe do Grupo-Auxiliar.

Todas as demais têm um conteúdo extremamente administrativo e que nós entendemos que aí não cabe cargo de confiança e sim, se for necessário, cargos de carreira com acesso e mediante concurso público, conforme determina a lei.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em discussão o parecer.

O SR. PAULO MAIA (Para discutir) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É óbvio que a emenda dada pelo relator de plenário, Deputado José Tavares, se conflita com o que o governo quer, de estabelecer o preenchimento de cargos comissionados, mas o que nós queremos registrar nesta oportunidade e isto tem que ficar registrado na casa, é que quando o governo do Estado do Paraná pede a criação de 15 cargos comissionados e nós já havíamos, em outra oportunidade, dito a respeito, que talvez esses 15 cargos comissionados sejam para aqueles professores que fizeram uma propaganda mentirosa do governo passado, de que a educação no Paraná estava sendo educação de primeiro mundo. Talvez seja até para contemplar aqueles professores. Mas a nossa preocupação, que se pede a criação de quinze cargos comissionados, é que em muitas escolas do Paraná e especificamente aqui em Curitiba ainda há disciplinas sem professores contratados. Professores que não ganhariam, com certeza 30% de cada cargo comissionado. E temos que lamentar isso aí. Obviamente não podemos inviabilizar e nem é pretensão da Bancada do PDT inviabilizar a administração do Colégio Estadual do Paraná. Mas tem que se deixar registrado, nesta Casa, que ainda temos disciplinas em escolas públicas do Estado que não têm professores porque

não foi permitida a sua contratação. E temos hoje, um número expressivo e entramos com requerimento nesta Casa ao Governo do Estado, pedindo para que se efetivasse com a máxima urgência possível o chamamento dos professores concursados, se assim fosse procedido, não teríamos esses problemas que estamos tendo hoje. Agora, criam-se quinze cargos comissionados para apadrinhamento, com certeza, àqueles professores que fizeram a propaganda pela televisão defendendo a medida do Governo. Mas se esquecem de contratar o professor que vai lecionar para o filho daquele trabalhador que, com certeza, neste momento, está sem aula.

Mas achamos prudente a emenda do Partido dos Trabalhadores. Achamos que, de fato, é coerente, se assim fosse, mas a administração está pedindo permissão para contratar quinze comissionados. É lamentável que se esqueça que isso poderia se dar, via concurso, para resolver atenuar o problema, neste momento, das escolas públicas.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em discussão o parecer. Deputado Antônio Annibelli com a palavra.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Sr. Presidente, como ex-aluno do Colégio Estadual do Paraná, tenho o maior orgulho de ter ido na reinauguração daquele Colégio. Até lágrimas dos nossos olhos saíram quando víamos a grandeza da reforma feita naquele colégio. E o Deputado Paulo Maia que é professor, deve ter se orgulhado de durante o Governo Requião, terem sido reformados quase todos os colégios do Paraná. Todos os colégios que conheço na minha região em Curitiba foram reformados. Acho que um Governo que faz a reforma, nunca se gastou tanto em reformas de prédios públicos no Governo do Paraná, sem fazer política. O Governo Roberto Requião teve um monte de defeitos, mas no setor de reforma de escola acho que foi o maior patrimônio a preservar com esta reforma.

O Colégio Estadual do Paraná é o maior orgulho, foi feito no Governo Manuel Ribas, homem que vai ser homenageado amanhã com o lançamento do seu livro nesta Casa, teve a grandeza, a inteligência, a idéia maravilhosa de fazer aquele patrimônio. Nunca mais um Governo fez um colégio do gabarito do Colégio Estadual do Paraná.

Acho que quinze vagas era o agradecimento que faríamos a todos os professores, dando condições de funcionar aquele gigante maravilhoso da cultura paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o parecer contrário à emenda em Comissão Geral do Deputado Tavares.

Senhores Deputados que aprovam o parecer, permaneçam como estão. Aprovado com voto contrário do Deputado Ernani Pudell e Florisvaldo Fier. Está em votação o Projeto ressaltada a emenda. **Aprovado o Projeto, artigo por artigo.** Os Senhores Deputados que aprovam a emenda, permaneçam como estão. **Rejeitada a emenda.**

#### ITEM 06

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 109/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 028/94, que objetiva contratar seguro de acidentes pessoais coletivos para os policiais civis e militares em exercício de suas funções. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 07

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 110/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 029/94, que institui gratificação rodoviária para serem atribuídas aos servidores da Secretaria de Estado dos Transportes e do DER. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F..

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em n° de 02 (duas), de autoria de diversos Srs. Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

#### PROJETO DE LEI N° 110/94 EMENDA DE PLENÁRIO 01

Acrescente-se onde couber, o Artigo abaixo na proposição supra:

Art. - Fica o Poder Executivo autorizado a estender aos demais servidores da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem, a gratificação de que trata o "caput" do Art. 1º desta Lei, adotando-se o mesmo critério para o estabelecimento dos valores da referida gratificação.

Sala das Sessões, em 27.04.94

(aa) ERNANI PUDELL

OVÍDIO CONSTANTINO

DOUTOR ROSINHA

Apoiamento: Emilia Belinati, Ademar Traiano.

#### JUSTIFICATIVA:

A emenda visa tornar constitucional a proposição do Executivo, visto que o Projeto de Lei apresentado afronta os dispositivos constitucionais e fundamentais da Carta Magna Federal, tais sejam, o Art. 3º, inciso IV, Art. 5º, inciso I e principalmente o Art. 7º, incisos XXX e XXXI.

Evidentemente trata-se de discriminação atentatória, visto que de 4.000 (quatro mil) servidores, somente 310 (trezentos e dez) são beneficiados pela proposição.

ção do Executivo. A justificativa do Governador cai por terra quando concede a gratificação aos exercentes de atribuições em rodovias, mas exclui os que trabalham em trechos rodoviários.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Dar nova redação ao art. 1º do Projeto nº 110/94 no seguinte termo:

Art. 1º - Fica instituída a gratificação rodoviária atribuída a todos os servidores da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem, em efetivo exercício nas unidades descentralizadas.

Sala das Sessões, em 27.04.94.

(a) PAULO MAIA

Apoiamto: Luiz Carlos Martins, João Ienser, Rossoni, Ernani Pudell, Emilia Belinati e Doutor Rosinha.

JUSTIFICATIVA:

Tal emenda objetiva que todos os servidores, indistintamente sejam contemplados pela gratificação, uma vez que, todos contribuem com seu respectivo trabalho no efetivo de suas funções a este órgão. Em não se procedendo desta maneira, estará flagrantemente se cometendo injustiça com os demais servidores.

Esta Presidência transforma este Plenário em Comissão Geral e designa o Deputado Toti Colaço para relatar as duas emendas já anunciadas ao Plenário.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, as emendas que estamos apreciando agora nos seus aspectos constitucionais, muito embora particularmente possa reconhecer que são emendas justas e que teria evidentemente o meu apoio e o parecer favorável.

Porém, como nós estamos analisando sob o seu aspecto constitucional eu relato a Vossas Excelências que é de competência do Poder Executivo enviar Mensagem sobre matéria financeira, sendo de competência exclusiva do Executivo, automaticamente, o Poder Legislativo eu tenho que dar o meu parecer contrário em função da sua inconstitucionalidade com referência às duas emendas.

Desta feita o meu parecer é contrário às emendas, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em discussão o parecer do Deputado Toti Colaço às emendas nºs 1 e 2.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - A manifestação do parecer não é quanto a constitucionalidade apenas da emenda ou é quanto ao conteúdo? É com relação aspectos da constitucionalidade das emendas?

Curitiba, quarta, em 27.04.94

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Ernani Pudell, em se tratando...  
(Vozes paralelas)

O SR. ERNANI PUDELL - Eu não vi no arrolado do ilustre Relator apontar qualquer vício de inconstitucionalidade nas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em se tratando de Comissão Geral, este Plenário tem que analisar a emenda sob todos os seus aspectos, quanto ao mérito e quanto a constitucionalidade.

O SR. ERNANI PUDELL - A emenda é justa...  
(Vozes paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - É o relatório do Deputado. Se Vossa Excelência quiser discutir o relatório...

O SR. ERNANI PUDELL - Quero encaminhar...  
(Vozes paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A palavra está com Vossa Excelência para discutir o parecer do Deputado Toti Colaço.

Não em questão de ordem, evidentemente.

O SR. ERNANI PUDELL (Para discutir) - Quero aproveitar já e encaminhar a própria emenda especialmente a emenda da nossa Bancada porque estamos autorizando, vejamos bem os Senhores Deputados da Bancada do Governo, gostaria que prestassem atenção, autorizando que essa gratificação fosse estendida a outros funcionários.

Recebemos manifestações em nossos gabinetes de diversos servidores, funcionários do DER, onde questionavam a nós pelo aspecto da injustiça que havia no projeto original. Se por um lado o projeto visava melhorar o padrão de vencimento de funcionários de carreira como engenheiros e outros, nós concordamos no mérito, mas da forma como foi feito deixou uma porção de situações de trabalhadores que também se envolvem com uma série de atividades e que estão em vias de se aposentar e que ganham uma mixaria e que teriam até juridicamente direito a este benefício pelo princípio da isonomia.

Esta é a questão fundamental. Então na medida em que aprovamos a nossa emenda que é meramente autorizatória o próprio DER terá depois já com esta emenda aprovada a flexibilidade para estender para alguns outros casos, se for necessário.

Gostaria de chamar a atenção neste aspecto. A nossa emenda não é inconstitucional. Ela não cria despesas, mas ela autoriza apenas o Governo, se entender assim,

estender a outras categorias do DER a mesma gratificação, nos mesmos percentuais.

Então é uma emenda que eu entendo de bom senso. E mais do que isto, ela visa preservar as situações em que a isonomia se estabelece. Sabem perfeitamente os Senhores Deputados que os servidores do DER são servidores regidos pela CLT e a CLT é muito clara: não se pode tratar de forma desigual os trabalhadores submetidos a uma mesma situação.

Tenho certeza, posso dizer isso de certeza porque fui advogado por muitos anos do DER, onde conseguimos para os funcionários do DER estender uma série de vantagens, que alguns sim, outros não. Então, o que estamos buscando com essa emenda, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é exatamente permitir que o DER possa depois quando da implantação verificar se havia alguma incoerência, se havia o afronto ao princípio da isonomia, algumas situações também estender a outros servidores daquele departamento de estradas do Paraná. Então, a nossa emenda, volto a repetir, é autorizatória, não cria despesas. Quer dizer, não estamos criando, estamos autorizando o DER a, se necessário, estender a outros setores do funcionalismo. Por isso, faço um apelo a Bancada do Governo, que ultimamente tem sido mal assessorada nessa questão, que observe com bom senso que a nossa emenda é uma emenda corretíssima, justa e é uma emenda inclusive que deve ser aprovada por uma questão de bom senso; ela aperfeiçoa o Projeto do Governo, em momento algum traz algum prejuízo, ou algum constrangimento.

É isso Sr. Presidente.

O SR. RENATO ADUR (Para Encaminhar) - O Deputado Ernani Pudell, fala em assessoramento. Até admitimos que às vezes haja alguma falha de assessoria, como também na nossa atividade. Entretanto, V. Exa. que deve ser um profundo conhecedor das Leis sabe também que a Assembleia não pode criar despesas, é inconstitucional. E se no caso o Projeto é apenas autorizatório, que não cria, mas sugere ao Governo do Estado, podemos não criar uma despesa, mas criamos também uma tremenda expectativa falsa ao próprio funcionalismo. É preferível sermos corretos aqui do que criarmos uma expectativa falsa. Por outro lado o Governo do Estado tem procurado trabalhar no sentido de corrigir algumas distorções dentro de alguns quadros do funcionalismo. Temos muitos quadros, a gente admite, que tem problemas, mas dentre esses quadros o DER tem um problema que era considerado pela Secretaria como um dos mais graves. E dentro do limite, da limitação constitucional de despesas do Governo, foi chegado à conclusão que esse grupo dos engenheiros

deveria merecer essa gratificação, com a concordância inclusive da categoria nesses termos. Portanto, respeitamos o posicionamento de V. Exa., mas há que se entender também a situação e o posicionamento do Governo do Estado do Paraná. Não podemos criar falsas expectativas, se não amanhã teremos talvez milhares de funcionários do próprio DER dizendo que a Assembleia aprovou um aumento para o funcionalismo, que não é verdade; é apenas um projeto autorizatório, uma emenda autorizatória. Razão pela qual o nosso encaminhamento é contrário a essa emenda.

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Sr.

Presidente e Srs. Deputados, acho que de fato quando se encaminhou o Projeto a esta Casa criou-se a expectativa nos servidores do DER de que todos seriam contemplados, porque a Mensagem do Governo é muito clara quando diz: "Institui gratificação rodoviária para serem atribuídas aos servidores da Secretaria de Estado dos Transportes e do DER". Então, isto aqui é genérico, não é específico. No corpo da lei está especificando quais seriam as categorias, mas acreditamos, e quando apresentamos a nossa emenda a este Projeto de Lei objetivamos dar a garantia e não criar falsa expectativa nos servidores. Porque creio que faltou uma análise por parte da assessoria do Governo em relação ao encaminhamento da proposta, porque todos os servidores do DER, e muitos que não estão contemplados por não serem engenheiros, são as linhas de frente nos trabalhos desenvolvidos pelo DER no Estado do Paraná. E lamentavelmente estão sendo discriminados pela Mensagem da forma como está sendo aqui constatada. Então, estamos deixando registrado aqui a nossa posição porque não podemos concordar em hipótese alguma com uma expectativa que foi criada, que uma Mensagem vem colocada no seu bojo de forma diferente e o servidor ansiava essa expectativa. Então, não somos nós, a oposição, que estamos criando a expectativa; quem criou a expectativa foi o Governo por isso nós estamos modificando o artigo 1º desta lei, dando ao Governo condições para que estude a viabilização para todos aqueles que são linha de frente do DER, e não para alguns provavelmente que venham a ser privilegiados pela lei.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o parecer contrário à aprovação das emendas de autoria do Deputado Toti Colaço.

Senhores Deputados que aprovam o parecer contrário permaneçam como estão.

Aprovado o parecer do Deputado Toti Colaço com os votos contrários dos Deputa-

dos Cezar, Paulo Maia, Emilia, Namir, Florisvaldo, Ovídio e Zuk.

O parecer está aprovado.

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas...

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Queremos fazer aqui a defesa da emenda apresentada pela nossa bancada.

Diz o anteprojeto na sua justificativa que o objetivo é instituir a gratificação rodoviária para ser atribuída conforme especificam os valores que estabelece aos servidores da Secretaria de Estado de Transporte do Departamento de Estradas de Rodagem em efetivo exercício nas unidades descentralizadas.

Supõe-se que o objetivo dessa gratificação rodoviária é para quem trabalhe em regiões descentralizadas, que não sejam nos grandes centros, no entanto, conforme a diretoria do Sindicato dos Servidores Públicos do DER do Estado do Paraná analisaram a grande maioria dos operários, que são aqueles que trabalham na estrada e são submetidos às intempéries e correndo o risco de serem atropelados, como se deu há dois dias atrás em Borrazópolis, com a morte de dois operários não receberão essa gratificação, ficam de fora.

No universo de 4.000 servidores do DER, somente 310 seriam beneficiados, quer dizer é a minoria sendo favorecida, a mesma pergunta que o Deputado Paulo Maia fez hoje, que nós também já fizemos em outra oportunidade, será que são os cabos eleitorais, como no caso do Colégio Estadual, não há justificativa que o governo para cá mandou.

Não temos acesso a quais os critérios que definiram aqueles valores para cada um, por exemplo, o engenheiro chefe do Distrito Rodoviário, 411,08 URVs, inclusive alguns desses valores são iguais ao próprio salário que recebe o servidor porque privilegia cerca de 310 em razão dos 4.000 servidores que tem.

A nossa emenda ela é autorizatória, diz o Deputado Toti Colaço, em seu parecer que a emenda era justa e esqueceu o Deputado de dizer que é constitucional também, porque ela não aumenta despesas, nós nos precavemos contra isso, nós sabemos que como parlamentares não podemos fixar índices que aumentem despesas, mas ao fazer uma emenda autorizatória autoriza o governo a ver, a atender as injustiças que estão sendo cometidas por essa lei.

A gratificação emanada no Projeto de Lei, não diz em momento nenhum que é gratificação de chefia, mas quando vai se analisar quem serão os contemplados, geralmente, são aqueles que já ocupam o car-

go de chefe. O chefe que tem melhor remuneração tem aqui, em alguns casos, o seu salário dobrado. O peão que não tem comida, se tem ela é fria, que trabalha correndo riscos de vida em local perigoso, distante de sua casa, ganha menos do que dois salários mínimos, este não tem direito. É esta a justiça do governador. Isto é um absurdo.

A nossa emenda procura corrigir e é nesse sentido que nós pedimos o apoio para essa emenda que vem corrigir as injustiças que vêm ocorrendo com esse projeto.

O SR. ERNANI PUDELL - Para encaminhar o projeto, Senhor Presidente.

(Assentimento)

Eu apenas quero dizer o seguinte: eu conversava aqui com o Deputado Heinz e o que na verdade nós estamos discutindo nesse projeto é mais um remendo, porque o Governo do Estado do Paraná, - é bom que fique isso registrado -, tem a obrigação legal de promover a implantação de planos de cargos e salários, poderia ter feito isto, corrigido as distorções, as injustiças das situações que estão insustentáveis e que têm levado à degradação do serviço público e a evasão dos profissionais que estão, cada vez mais, desanimados, desestimulados com o que vêm recebendo nesse Departamento de Estrada de Rodagem do Paraná que já teve nos seus quadros profissionais do mais alto gabarito e que hoje a maioria deles trabalha na iniciativa privada.

Agora, o que nós estamos fazendo aqui é um remendo que vai gerar outras injustiças. Esta é a questão concreta, colocada. Quer dizer o governo do Estado, procurando aumentar o padrão de vencimentos de profissionais qualificados, deveria, isto sim, enviar a esta Casa um novo estatuto, um novo plano de cargos e salários para o Departamento de Estradas e Rodagem do Paraná. Este deve ser o comportamento concreto.

O Deputado Heinz que é engenheiro sabe quanto ganha um funcionário que, às vezes, fica lá com a sola do sapato no piche, dando duro, trabalhando, muitas vezes, em períodos extraordinários, domingos, feriados, em condições de insalubridade.

Quer dizer, nós conhecemos bem a realidade do servidor do DER. Este servidor também não tem direito a nada? Ele não poderá, pelo menos, invocar ou tentar em algumas situações fazer estender essa gratificação a outros setores?

Eu entendo o seguinte o Governador do Estado não tem motivos para vetar se nós reproduzimos essa autorização. Não há motivo porque ela não obriga ao governador a estender a outros. Esta é a questão fundamental.

Conhecendo o Governador Mário Pereira

como nós conhecemos, um homem que trabalha tanto tempo no DER, eu tenho a certeza de que ele terá a sensibilidade para fazer com que esse remendo possa ser estendido para outras situações.

É isto que nós estamos colocando. O que falta é vontade política do Governo do Estado em refazer o plano de cargos e salários e acertar essa situação em definitivo.

O que nós estamos vendo é que esta mensagem, da forma como está, fere o princípio da isonomia. Esta é a questão fundamental. A própria mensagem como está é uma mensagem no nosso entendimento inconstitucional e certamente não faltarão ações judiciais na esfera trabalhista que farão estender essa gratificação a outros funcionários e com certeza elas serão vitoriosas. Isto eu tenho certeza absoluta.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o projeto, ressalvadas as emendas. Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o projeto, artigo por artigo, com votos contrários do PDT.**

Está em votação a emenda de Plenário com parecer contrário.

Emenda nº 01, Ernani Pudell, Ovídio Constantino e Dr. Rosinha - Os Senhores Deputados que aprovam a emenda permaneçam como estão. **REJEITADA** a emenda.

O SR. DR. ROSINHA - Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito aos Senhores Deputados que retornem aos seus assentos para que possamos fazer a verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam a emenda nº 01 de Plenário queiram levantar-se. 09 (nove) Deputados aprovam a emenda.

Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se. 22 (vinte e dois) Rejeitam. **ESTÁ REJEITADA.**

Emenda de nº 02 de Plenário de autoria do Deputado Paulo Maia. Os Senhores Deputados que aprovam a emenda permaneçam como estão. **REJEITADA.**

Voltamos ao Projeto de nº 57/94 de autoria do Poder Executivo. O projeto recebe três emendas de Plenário.

Designo o Deputado Algaci Túlio para relatar as emendas.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Eu consulto a V.Exa. qual o dia que esse projeto foi enviado para a Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A contracapa do movimento do projeto nesta Casa indica que o mesmo foi enviado à Comissão de Segurança Pública no dia 29/03/94.

O SR. DR. ROSINHA - Qual o Deputado que foi designado relator e qual a data que ele apresentou o seu relatório?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Foi designado como relator o Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. DR. ROSINHA - Qual a data do parecer?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A data do parecer é de 11 de abril de 1994. A reunião, segundo nos consta é do dia 25 de abril.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, ainda continuando a questão de ordem.

É proibido que uma comissão não aprove o relatório o qual foi feito dentro do período em que o Deputado permanecia na comissão?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência entende que o relatório de V.Exa. foi devidamente aprovado pela comissão. O que está se questionando é a apresentação de emenda junto à comissão no dia 25 de abril de 1994 quando V.Exa. já não mais integrava aquela Comissão.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, a emenda tem a mesma data do relatório, dia 11 de abril de 1994.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Florisvaldo Fier, a emenda a que V.Exa. se refere foi retirada pela comissão junto à Mesa da Presidência, não consta mais para discussão essa emenda.

O SR. DR. ROSINHA - Foi retirada autoritariamente por alguém, porque faz parte do relatório. Basta ler qual é o bojo do relatório e a emenda apresentada na mesma data.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Ela foi retirada por quem caberia tomar essa providência que é o presidente da Comissão de Segurança Pública.

O SR. RENATO ADUR - Eu faço um apelo ao Deputado Rosinha porque a mesma emenda de sua autoria que sugere que suprima o artigo 6º é a mesma emenda da Deputada Emilia Belinati, portanto, nós fizemos um acordo de lideranças que qualquer uma das emendas poderão ser aprovadas pela nossa



bancada ou por esta Casa sem prejuízo de uma ou de outra.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Deputado Renato Adur, a Mesa tem a informar ao Plenário o seguinte: recebe a emenda nº 01 de autoria do Deputado Renato, recebe a emenda nº 02 de plenário do Deputado Florisvaldo Fier que estabelece: suprima-se da proposição em epígrafe o artigo 6º e se refere igualmente àquilo que foi anteriormente proposto ao nível de comissão.

Aprovada a emenda de nº 02 de autoria do Deputado Florisvaldo Fier estará resolvida toda a questão.

E a emenda nº 03 de Plenário também: suprimir o artigo 6º da Lei nº 57/94, de autoria da Deputada Emilia Belinati.

A Mesa solicita ao Deputado Algaci Túlio que proceda ao relatório.

O SR. ALGACI TÚLIO - O Líder da Bancada vai dar o parecer, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Vossa Excelência havendo declinado, designamos o Deputado Paulo Maia para, em Comissão-Geral, relatar as três emendas de Plenário.

O SR. FLORISVALDO FIER (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Acho um pouco, manobra de Deputados que primeiro quer ver, contrariando o Regimento Interno, da Assembléia Legislativa, o Partido dos Trabalhadores fora das comissões.

Segundo, o relatório foi feito dentro do prazo normal no qual foi apresentada a emenda.

Isto, nada mais é do que uma postura desrespeitosa ao Regimento Interno da Assembléia Legislativa, retirar relatório que não é pessoal de um Deputado, mas sim, torna-se de uma comissão, no momento em que lá ela é aprovada.

Não é a questão se está mostrando uma outra emenda com o mesmo teor ou não, no Plenário.

A questão é a maneira de como se faz a tramitação nesta Casa, achando que alguns Deputados são massa de manobra ou palhaços.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Florisvaldo Fier a Mesa entendeu que Vossa Excelência não poderia apresentar emenda junto à Comissão de Segurança Pública, porque dela não mas fazia parte em função de questão de ordem respondida neste Plenário, em dias anteriores.

Por esta razão, e para não prejudicar intenção de Vossa Excelência, já que poderia ser argüida essa irregularidade quando

da apresentação da emenda junto à CSP, é que solicitamos que a emenda fosse retirada e que fosse ofertada a Vossa Excelência, já que o Plenário trabalharia em Comissão Geral, a oportunidade de apresentar a sua emenda ao Plenário, para que fosse ela aprovada e os seus intentos, devidamente atingidos.

Nada com intenção de prejudicá-lo ou à Bancada do PT neste momento.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, a data da emenda, é a mesma do relatório (11.04.94).

Se alguém caneteou, foi caneteado depois.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) Isso é um assunto que nós iremos tomar as providências para esclarecer oportunamente.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Espero que se faça.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Com a palavra, o Deputado Paulo Maia para relatar as três emendas.

O SR. PAULO MAIA - Como relator das referidas emendas, nós sugerimos o apensamento das emendas nºs 1 e 2 de autoria dos Deputados Florisvaldo Fier e Ernani Pudell, Ovídio Constantino e também a emenda da Deputada Emilia Belinati, que sejam apensadas numa mesma emenda, visto tratar-se de um mesmo objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Emendas nºs 2 e 3, Deputado.

O SR. PAULO MAIA - Objetiva evitar a discriminação à mulher quanto a essa pretensão do governo do Estado.

A emenda nº 1, fica prejudicada em seu objetivo no Art. 6º, se aprovadas as emendas que requeremos sejam apensadas.

Se assim não for, nós estaremos cometendo nesta Casa, o maior ato de inconstitucionalidade em relação à mulher.

Nós estaríamos discriminando, se assim não fosse através das emendas da Deputada Emilia Belinati e dos Deputados da Bancada do PT, nós estaríamos cometendo a maior discriminação à mulher trabalhadora desta Casa, ferindo inclusive, os ditames da nossa Constituição Federal, em seus artigos 5º e 7º, incisos 30, nós estaríamos ferindo o que diz taxativamente o artigo 7º: "São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem a melhoria de sua condição social".

Inciso 30 - "Proibição de diferença de salário e exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil".



Mais ainda, não podemos corroborar com um erro tão gritante incorrendo em inconstitucionalidade.

Teremos que lutar para que as discriminações não aconteçam e que o cumprimento de nossa Constituição seja princípio básico para o nosso trabalho.

Mais adiante nós registramos, inclusive, o que diz o art. 5º: "Todos são iguais perante a Lei sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade nos termos seguintes: homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações em termos desta Constituição".

O nosso parecer é pela aprovação das emendas citadas, apensadas e, se aprovada a rejeição do artigo 6º da emenda nº 1.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em discussão, está em votação o Parecer do Deputado Paulo Maia. Aprovado o Parecer Favorável à apreciação das emendas.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, peguei junto à Mesa o projeto e quero fazer a leitura do último parágrafo do meu parecer, assinado com a data de 11 de abril de 94: "Isto posto, para sanar a inconstitucionalidade do art. 6º, sugerimos a sua supressão através da emenda anexa".

Emenda anexa, tinha a mesma data, foi apagada com "error-ex", e escrito por cima com caneta. Portanto, Vossa Excelência prometeu que iria apurar os responsáveis. A nível de Congresso Nacional isso já deu cassação de Deputado.

E espero que este Parlamento, assim aja, para impedir esse tipo de coisa.

Podem os Deputados verificar que foi apagada porque a data era a mesma, eu não iria fazer um relatório com uma emenda em separado.

E gostaria de que isso fosse apurado com urgência. Me submeto inclusive aos exames que forem necessários, para mostrar que essa letra não é minha.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) -

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Quero acrescentar uma questão de Ordem, Sr. Presidente. Ao que me consta não foi revogado o parágrafo único do art. 29 do Regimento depois de eleita a Mesa organizará as Comissões Permanentes dentro de quinze dias." Parágrafo Único: "As comissões permanentes serão organizadas de dois em dois anos."

O que me parece é que nós fomos retirados das Comissões Permanentes da Casa em razão da orgia política do troca-troca de partidos que, infelizmente, conta com o

beneplácido e apoio da Mesa. A Mesa ao retirar a Bancada do PT das Comissões Permanentes, me perdoe o Sr. Presidente, está extrapolando suas funções e eu quero fazer aqui esta Questão de Ordem, e solicitar a V.Exa. que faça retornar a organização original das comissões que foi estabelecida de dois em dois anos e que nos conquistamos o direito a participar das comissões por força de decisão judicial, que excluiu o Bloco Parlamentar Independente do cálculo dessas comissões.

Então, nós sofremos e a Bancada do PT foi vítima de um golpe impetrado pela Mesa da Casa e que se não for retificado ensejará - fique certo V.Exa. - uma reação dura e judicial por parte da Bancada do PT. Porque entendemos que aqui está caracterizado abuso de poder e estão ferindo um direito constitucional da Bancada do PT participar. Era essa a Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - V.Exa. encaminhe por escrito a Questão de Ordem à Mesa que ela responderá oportunamente. Está em votação o Projeto ressaltadas as emendas. Aprovado o Projeto, artigo por artigo. Está em discussão e em votação a emenda nº 1. Aprovada. Está em discussão as emendas 2 e 3. Aprovadas. O projeto irá a 3ª discussão.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Só para esclarecimento: a nossa emenda foi aprovada e foram aprovadas subsequentemente as emendas do Deputado Rosinha e Emilia? É isto? (Assentimento). Ficando prejudicado o nosso art. 6º, mas prevalecendo o art. 5º? (Assentimento).

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O projeto irá a 3ª discussão na Sessão de amanhã.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 111/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 030/94, que fixa vencimento a partir de 01.03.94 aos integrantes da Polícia Civil e Soldo da Polícia Militar e dá outras providências. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 112/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 018/94, que autoriza o Banco do Estado do Paraná S.A., a incorporar a Empresa BANESTADO S.A. - Crédito Imobiliário. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

115/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Dr. Danton Richlím da Rocha Loures. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a Mesa, Requerimento nº 1005, de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 981, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs. 982, 983 e 986, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 984, de autoria do Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de nº 987, de autoria dos Srs. Deputados Ernani Pudell, Ovídio Constantino e Dr. Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 988, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente. Em Discussão.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimentos de nºs. 990 a 993, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 994, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs. 996, 997, 998 e 1000, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1001, de autoria do Sr. Deputado João Preis, constante do expediente. **Ao Sr. 1º Secretário, para as providências.**

Requerimento de nº 1002, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem) - Eu quero cópia do requerimento do Deputado João Preis que caracteriza a materialidade do crime que ele cometeu. Se ele pediu a devolução dos documentos eu quero

cópia do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Será fornecido cópia do Requerimento a V.Exa. já que é de domínio público.

Requerimento de nº 1003, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Em Votação.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para Encaminhar) - Sr.

Presidente, aproveito a oportunidade do Dia Mundial do Teatro para dizer da manifestação deste Parlamentar, da classe teatral do Paraná, a satisfação que todos nós temos da saída do Sr. Oswaldo Loureiro que foi um atraso para a cultura do Paraná, esse homem trazido do Rio de Janeiro. Aliás, a propósito diz a cronista Anita Zippin no seu artigo Adeus, Oswaldo Loureiro, no final ela diz: "O povo agradece a substituição, a cultura volta a respirar, provando que Mário Pereira que algum dia foi apenas "Vice", chegou com força total ao Palácio Iguazu para dar o melhor de si ao governar o Paraná. Adeus "Mico-Preto"! Segue sem deixar saudades. Volta ao Rio de Janeiro".

Ao mesmo tempo me congratulo com a indicação do músico João Carlos Ribeiro que passa a assumir a direção da Fundação Teatro Guaíra. Tenho certeza que o companheiro João Carlos Ribeiro saberá valorizar a classe teatral da nossa terra.

Muito obrigado.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Eu queria também registrar a presença neste Plenário Sr. Presidente de um companheiro, Prefeito de São Mateus do Sul, Argus Faiati, que vem desenvolvendo um excelente trabalho na Capital do Xisto concedida e liberada pelo Governador do Estado do Paraná e administrada sob a orientação da CODAPAR. Deverá entrar em funcionamento nos próximos meses. Uma grande conquista do Prefeito Argus Faiati, da comunidade daquela região, em que teremos calcário com praticamente 1/3 do seu preço para toda a comunidade e os agricultores da região Sul do Paraná.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Requerimento do Deputado Algaci Túlio. **Aprovado.**

Requerimento de nº 1004, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Com a discussão adiada da Sessão de ontem, Requerimento do Deputado Florisvaldo Fier. **Aprovado.**

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Pedimos Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência irá proceder à verificação de votação.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Zuk) - Proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Retiro a chamada nominal e solicito à Mesa que transfira a votação para segunda-feira desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa atende ao apelo do Deputado Florisvaldo Fier e transfere a votação desse Requerimento para segunda-feira.

Da mesma forma transfere para segunda-feira o requerimento do Deputado Colombino Grassano.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.

#### Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO MÁRIO BEZERRA, EM SESSÃO DO DIA 27 DE ABRIL DE 1994.

#### DECISÃO DE ESTADISTA

"Folha de Londrina"  
Editorial

A decisão do Senador José Eduardo Andrade Vieira anunciada ontem pessoalmente em entrevista à imprensa estadual e nacional, de se lançar a uma luta maior em nome da qual abre mão da disputa pelo governo do Paraná, é um gesto raro de desprendimento e elevação política, incomum em toda a História brasileira.

Infelizmente, não é do feitio da maioria de nossos homens públicos levar em conta, nas suas decisões, interesses maiores que os seus próprios.

Mas felizmente temos quem sirva de exemplo e inspiração para os homens honestos e bem intencionados.

Com mais quatro anos de mandato para cumprir no Senado, a matemática elementar do político médio brasileiro diria que o ex-Ministro José Eduardo não tinha nada a perder numa campanha eleitoral para o go-

verno do Estado.

Ganhando, seria governador, perdendo, continuaria no Senado. E além disso, na campanha teria mais uma oportunidade de consolidar sua liderança e expor suas idéias para o Estado e o País, até como antecipação ao pleito de 1998.

Ao decidir não concorrer e, principalmente, ao anunciar sua participação na campanha presidencial do também ex-ministro Fernando Henrique Cardoso, o senador paranaense colocou-se a serviço do que considera o interesse maior: a luta por um projeto nacional do qual depende o futuro de todos os Estados da Federação.

Isto é, o futuro da própria nação.

É fácil perceber, por outro lado, que a candidatura José Eduardo ao governo estadual poderia criar problemas para a campanha presidencial de Fernando Henrique, na medida em que surgissem arestas ou mesmo dissensões em face dos interesses das duas disputas que vão ocorrer simultaneamente.

Quando o clima político estadual começasse a esquentar, isto acabaria, sem dúvida, criando dificuldades para a campanha presidencial, com eventuais divisões potencialmente perigosas. Ademais, se estivesse envolvido pessoalmente na campanha não poderia dar tempo e trabalho à campanha presidencial.

Ganha o candidato "tucano" um importante reforço, ainda mais porque o senador paranaense conquistou, no tempo em que esteve no Ministério da Indústria e do Comércio e, cumulativamente, no Ministério da Agricultura, durante certo período, uma justa projeção nacional que irá somar para seu então companheiro no Ministério da Fazenda.

Mas, José Eduardo não apenas dá um exemplo. Ele abre com seu gesto novos caminhos, inclusive para alargar a visão política que temos hoje.

O Brasil, diz-se repetidamente, precisa daquilo que poucos falam e menos ainda ostentam: o patriotismo.

Patriotismo que começa precisamente na disposição de cada um de se colocar a serviços das grandes causas. Algo que, de modo claro, foi definido pelo falecido presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, ao assumir o cargo em 1961, quando conclamou: "Não perguntem o que a América pode fazer por vocês, mas o que vocês podem fazer pela América".

O que vemos, lamentavelmente, é o contrário disto. Em quase toda nossa história política o que vimos foi muita gente tirando tudo o que podia deste pobre País, sem nada sequer lhe dar em troca, a não ser o vexame das fraudes, das mordomias, dos abusos, dos crimes que estão sendo revelados ultimamente, envolvendo políticos

de praticamente todos os matizes. Isto mostra como está longe a idéia real de patriotismo, de doação, de colocação do interesse público em primeiro lugar, por parte dos que postulam votos e cargos.

O gesto de ontem nos põe a todos subitamente próximos, muito próximos desse ideal de grandeza.

Trata-se de uma lição de política com letra maiúscula.

No deserto de atos elevados em que vivemos, a decisão do senador José Eduardo coloca-o como um estadista, não mais o político iniciante, mas o estadista à espera do chamado de seu povo.

#### Atas das Comissões:

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 7.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de abril de mil novecentos e noventa e quatro, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Toti Colaço, Emilia Belinati, Antônio Costenaro Neto, Nilton Barbosa, Arlindo Troian, Nelson Garcia, Djalma de Almeida César, Ernani Pudell, Paulo Maia e Colombino Grassano. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, e não havendo expediente, passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 706/93 do Deputado Nilton Barbosa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 2) Projeto de Lei nº 059/94 do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 3) Projeto de Lei nº 076/94 do Deputado João Iensen. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 4) Projeto de Lei nº 061/94 do Deputado Luiz Antônio Setti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 5) Projeto de Lei nº 085/94 do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 6) Projeto de Resolução nº 020/93 do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL à emenda do Deputado Dalton Machuca - APROVADO; 7) Projeto de Resolução nº 002/94 do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Dalton Machuca - APROVADO; 8) Projeto de Lei nº 323/93 do Deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL à emenda do Deputado Dalton Machuca - APROVADO; 9) Projeto de Resolução nº 006/94 do Deputado Luiz Henrique Bona Turra. O Deputado Relator requer diligência - Deferido; 10) Projeto de Lei nº 081/94 do Deputado Luiz Henrique Bona Turra. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço, APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 083/94 do Deputado Orlando

Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 095/94 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 082/94 do Deputado Duílio Genari. O Deputado Relator requer diligência - DEFERIDO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária

#### COMISSÃO DE TURISMO 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 1.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e quatro, reuniu-se na Sala de Reunião das Comissões, a Comissão de Turismo, sob a presidência do Sr. Deputado João Iensen, mais a presença dos Srs. Deputados membros da Comissão. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 684/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 092/93. Relator: Deputado Nei-vo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Srs. Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Delôra Terezinha Bueno Ferreira do Amaral Carvalho, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOÃO IENSEN - Presidente  
Delôra F. do Amaral Carvalho - Secretária

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO 4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA ATA DA 3.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte sete dias do mês de abril de um mil, novecentos e noventa e quatro, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Basílio Zanusso. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Luiz Carlos Zuk apresentou redação final aos seguintes projetos: Projeto de Lei nº 003/94 e Projeto de Lei nº 218/92, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Elisa Sotomaior Maruska, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
Elisa Sotomaior Maruska - Secretária